UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

CADERNO DE APRESENTAÇÃO



Coordenação Nacional · 2026

ujc.org.br

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Caderno de apresentação

Coordenação Nacional

2026

ujc.org.br

Expediente

Editoração

Thiago Mai (SNAP/UJC)

Redação e revisão

Helena Barros (SNFP/UJC)
Thiago Mai (SNAP/UJC)

3ª revisão – 2026

Versões anteriores: 2014 e 2019.

Coordenação Nacional
União da Juventude Comunista

ujc.org.br

Sumário

1 Introdução **2**

2 História da UJC **2**

2.1 As origens e a fundação da Juventude Comunista 2

2.2 A luta antifascista e a repressão na década de 1930 3

2.3 Reorganização e atuação nas décadas de 1940 e 1950 4

2.4 A ditadura e a resistência 5

2.5 A redemocratização e as disputas internas 6

2.6 A reorganização nacional e os congressos recentes 8

3 A política da UJC **9**

3.1 O debate estratégico 9

3.2 As frentes de atuação da UJC 12

4 Organização interna da UJC **14**

4.1 Relação com o PCB 14

4.2 O centralismo democrático 15

4.3 Ingresso, direitos e deveres da militância 16

4.4 Instâncias e estrutura organizativa 16

4.5 Núcleos de base 17

4.6 Coordenações Estaduais e Distrital 18

4.7 Coordenação Nacional 18

4.8 Secretariados e comissões executivas 19

1 Introdução

Este caderno apresenta, de forma sintética, a história da União da Juventude Comunista (UJC), juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e uma de suas escolas de quadros; sua linha política, com as concepções estratégicas e táticas para a revolução socialista no Brasil; suas formas de organização interna; e sua vinculação histórica, orgânica, política e ideológica ao PCB, com o qual mantém uma relação de autonomia relativa.

O documento tem duas finalidades principais: (i) servir de ponto de partida para atividades de formação política; e (ii) apoiar o recrutamento, apresentando a quem se aproxima da UJC sua trajetória, seus objetivos e os princípios que orientam a vida militante. Sua leitura não substitui o estudo das resoluções congressuais e do estatuto, as discussões coletivas, os encontros de recrutamento e a participação nas atividades práticas. Trata-se de um material introdutório, que deve contribuir para uma formação que articule estudo, reflexão e atuação política organizada.

2 História da UJC

2.1 As origens e a fundação da Juventude Comunista

A história da União da Juventude Comunista está vinculada à formação e ao desenvolvimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em 1922, sob o impacto da Revolução Russa de 1917, o PCB nasceu das experiências de luta e dos debates do movimento operário brasileiro. As greves, as tentativas insurrecionais e a repressão que marcaram os anos anteriores levaram parte de seus militantes a rever as concepções anarquistas e sindicalistas revolucionárias, então muito influentes no movimento.[1] Para os que se aproximaram do comunismo, colocava-se a necessidade de construir um partido capaz de articular nacionalmente as lutas dos trabalhadores e orientá-las por um programa revolucionário de conquista do poder político e superação do capitalismo.

Seguindo as orientações da Internacional Comunista[2], o Comitê Central do PCB deliberou, em 1924, pela organização da Juventude Comunista (JC), buscando ampliar a atuação entre os jovens trabalhadores. A iniciativa encontrou dificuldades, e o II Congresso do Partido, realizado em 1925, reafirmou a necessidade de dedicar maior atenção à organização juvenil. Nesse processo, destacou-se o jovem estudante Leôncio Basbaum, que contribuiu para a organização de uma base da JC em Recife. No Rio de Janeiro, em 1926, os jovens comunistas também participaram da organização de diretórios e centros acadêmicos. Em 1927, Basbaum foi encarregado de organizar a JC nacionalmente. A participação dos jovens comunistas nas mobilizações do 1º de Maio daquele ano demonstrou as possibilidades de atuação da juventude organizada e impulsionou os preparativos para sua fundação oficial.

Em 1º de agosto de 1927, foi oficialmente fundada a Juventude Comunista, cuja primeira direção reuniu jovens operários e estudantes. Pouco depois, a JC solicitou ingresso na Internacional da Juventude Comunista, que

[1] O anarquismo reúne diferentes correntes contrárias ao capitalismo e ao Estado. A divergência aqui destacada diz respeito à necessidade de um partido revolucionário e de um poder político da classe trabalhadora na transição ao comunismo. Muitos dos fundadores do PCB vieram da militância anarquista. Sobre esse processo, ver: `https://pcb.org.br/portal2/30574`.

[2] A Internacional Comunista, também chamada Terceira Internacional ou Komintern, foi fundada em 1919 e dissolvida em 1943. Reunia partidos comunistas de diferentes países, articulando sua atuação e formulando orientações para a luta revolucionária internacional. Ver: `https://www.marxists.org/history/international/comintern/index.htm`.

articulava organizações juvenis comunistas de diferentes países. A solicitação foi aceita, e a organização brasileira recebeu um convite para enviar um delegado ao V Congresso da entidade, realizado em 1928.

No final dos anos 1920, o Movimento Comunista Internacional atravessava disputas sobre os rumos da construção socialista na União Soviética e da luta revolucionária mundial, em meio à consolidação da direção de Stalin no Partido Comunista da União Soviética (PCUS). O VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, consolidou a orientação conhecida como "Classe contra Classe"[3]. No Brasil, sua aplicação ganhou força ao longo de 1929 e em 1930, entrando em conflito com formulações e iniciativas de aliança desenvolvidas anteriormente pelo PCB.

Nesse contexto, em 4 de janeiro de 1929, ao término do III Congresso do PCB, realizou-se o I Congresso da Juventude Comunista. O Partido, então dirigido por Astrojildo Pereira, desenvolvia esforços próprios de interpretação da realidade brasileira. O congresso da JC definiu orientações para sua intervenção entre os jovens, priorizando a atuação sindical e cultural e a organização dos Centros de Jovens Proletários, além de manter o diálogo com o movimento estudantil em formação.

2.2 A luta antifascista e a repressão na década de 1930

No início da década de 1930, a JC ainda enfrentava dificuldades para ampliar sua organização e sua inserção entre os jovens. Nesse período, o PCB e sua juventude foram marcados pelo fortalecimento do "obreirismo"[4]. A substituição de dirigentes com base em sua origem social e o estreitamento da política de alianças, associados às orientações então predominantes na Internacional Comunista, contribuíram para o isolamento político dessas organizações, agravado pela repressão estatal.

A ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, em 1933, e o avanço do fascismo impulsionaram a revisão dessa orientação. Esse processo culminou no VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, que defendeu a unidade de ação da classe trabalhadora e a formação de frentes populares antifascistas, reunindo comunistas e outras forças dispostas a combater o fascismo. No Brasil, desde 1934, a JC buscava ampliar sua atuação e superar o isolamento, diante do avanço do integralismo e das medidas autoritárias do governo Vargas. Foi nesse contexto que participou da Conferência Nacional de Estudantes Antifascistas.

Nesse período, as mobilizações antifascistas foram acompanhadas por confrontos de rua entre militantes de diferentes correntes de esquerda e integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de caráter fascista. Um dos episódios mais conhecidos foi a Batalha da Praça da Sé, ocorrida em São Paulo em 7 de outubro de 1934, quando comunistas, anarquistas, socialistas e outros antifascistas se mobilizaram contra uma manifestação integralista. O confronto deixou mortos e feridos, entre eles o jovem comunista Décio Pinto de Oliveira, que perdeu a vida. No Rio de Janeiro, também ocorreram enfrentamentos, especialmente na Cinelândia. A luta contra o integralismo e a repressão estatal le-

[3]Associada à tese do "terceiro período", essa orientação partia da avaliação de que se abria uma nova conjuntura de crises e possibilidades revolucionárias. Rejeitava alianças com as direções social-democratas e reformistas, tratadas como sustentáculos da dominação burguesa, e favoreceu práticas sectárias que dificultaram a unidade de ação dos trabalhadores. Ver: `https://pcb.org.br/portal2/26802`.

[4]Obreirismo é a orientação que toma a origem operária ou a ocupação profissional como garantia de consciência revolucionária e critério privilegiado de legitimidade política, secundarizando a formação teórica e a experiência de luta. Pode levar à desvalorização de intelectuais e de militantes de outras origens sociais. Não se confunde com a centralidade da classe trabalhadora nem com a prioridade de organização do operariado. Ver: `https://pcb.org.br/portal2/26802`.

vou a JC a ampliar suas formas de organização, mobilização e propaganda. Nesse contexto, foi criado, em 1935, o jornal *Juventude*, que defendia a unidade das forças antifascistas.

Em 1935, uma deliberação do PCB orientou a JC a formar comitês juvenis da Aliança Nacional Libertadora (ANL)[5] e a priorizar, no movimento estudantil, a preparação do Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular. A proposta era que o congresso deliberasse pela adesão à ANL, articulando a mobilização dos estudantes à dos jovens trabalhadores nas fábricas e nos sindicatos. Essa orientação buscava ampliar a inserção da JC em organizações juvenis de massa, combinando a construção da frente antifascista com o fortalecimento da própria juventude comunista.

Em julho de 1935, o governo Vargas determinou o fechamento da ANL com base na Lei de Segurança Nacional, intensificando a repressão contra seus militantes. Após a derrota dos levantes de novembro daquele ano, em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, a perseguição se ampliou, atingindo comunistas e outros setores de oposição. Prisões, torturas e intervenções em organizações operárias e populares comprometeram profundamente as estruturas do PCB e da JC.

Apesar da repressão e das dificuldades de organização, jovens comunistas mantiveram sua atuação no movimento estudantil e participaram de modo decisivo do processo de fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no dia 11 de agosto de 1937. O II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, foi fundamental para sua estruturação e consolidação como organização nacional.

2.3 Reorganização e atuação nas décadas de 1940 e 1950

No início da década de 1940, com a organização juvenil profundamente atingida pela repressão, a atuação dos jovens comunistas se desenvolvia principalmente por meio da militância vinculada ao PCB, com presença importante no movimento estudantil e na UNE. Mesmo sob a ditadura do Estado Novo, participaram das mobilizações antifascistas e da campanha pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra as potências do Eixo.

Em agosto de 1943, o PCB realizou clandestinamente a Conferência da Mantiqueira, que reorganizou sua direção nacional e elegeu Luís Carlos Prestes secretário-geral, ainda na prisão. A conferência reafirmou a política de "União Nacional" contra o nazifascismo, que incluía o apoio ao esforço de guerra do governo Vargas, apesar da permanência da ditadura. Nos anos seguintes, os comunistas participaram das mobilizações pela anistia e pelas liberdades democráticas. Em 18 de abril de 1945, foi decretada a anistia aos presos políticos, ampliando as condições para a atuação pública do Partido. Seu registro eleitoral definitivo, contudo, foi concedido somente em 10 de novembro daquele ano.

No plano internacional, a UJC participou de modo decisivo da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), fundada em 1945, da qual é uma das organizações fundadoras. Essa atuação integrou os esforços de articulação entre juventudes de diferentes países e de solidariedade internacional.

Com o retorno à legalidade, o PCB retomou os esforços para reorganizar sua juventude, agora sob a denominação de União da

[5] Frente política formada em 1935, reunindo comunistas e outros setores antifascistas e anti-imperialistas. Seu programa defendia amplas liberdades democráticas, a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas imperialistas e a redistribuição das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivassem. A ANL não se confundia com o PCB, embora os comunistas tivessem participação central em sua organização. Ver: `https://www.marxists.org/portugues/tematica/1935/03/manifesto.htm`.

Juventude Comunista (UJC). Esse período, porém, foi breve. No governo de Eurico Gaspar Dutra, em meio ao início da Guerra Fria, intensificaram-se a ofensiva anticomunista e a repressão às organizações dos trabalhadores. Em 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou o registro do PCB. Em janeiro de 1948, foram cassados os mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda, incluindo o senador Luís Carlos Prestes. Essa nova ofensiva também comprometeu a reorganização da juventude, levando à interrupção das atividades da UJC.

Em 1950, no contexto da mudança de orientação política expressa no Manifesto de Agosto, o PCB decidiu reorganizar a União da Juventude Comunista. A proposta era construir uma organização capaz de mobilizar amplos setores da juventude brasileira sob a perspectiva da luta de classes, vinculando suas reivindicações às lutas pela paz, pela libertação nacional e pela democracia popular. Nesse período, João Saldanha, conhecido como "João Sem Medo", destacou-se como presidente da UJC.

Ao longo dos anos 1950, a UJC participou, ao lado do PCB, da campanha "O Petróleo é Nosso", importante mobilização em defesa da soberania nacional que contribuiu para a criação da Petrobras, em 1953, e para o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo. Também atuou nas mobilizações contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia. Em 1956, integrou a chapa que derrotou os setores de direita na direção da UNE, além de desenvolver sua atuação na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Já no início dos anos 1960, jovens comunistas tiveram importante participação nos Centros Populares de Cultura (CPCs), com destaque para o CPC da UNE, criado em 1961, que articulava produção artística e formação política, buscando aproximar a atividade cultural das lutas dos trabalhadores e demais setores populares.

No plano internacional, ainda em 1956, o XX Congresso do PCUS abriu um período de intensos debates no movimento comunista internacional. As denúncias apresentadas por Nikita Kruschev sobre a direção de Stálin, em relatório reservado ao congresso, e as orientações sobre a coexistência pacífica e a possibilidade de transição ao socialismo por vias pacíficas aprofundaram divergências entre os comunistas. No PCB, esses debates envolveram a avaliação da experiência soviética, os métodos de direção e a estratégia da revolução brasileira, acirrando as disputas internas.

2.4 A ditadura e a resistência

Essas disputas se aprofundaram com a Declaração de Março de 1958 e o V Congresso do PCB, realizado em 1960, envolvendo os caminhos da revolução brasileira, a possibilidade de uma via pacífica, a política de alianças e as medidas adotadas para obter a legalização do Partido. Em 1962, parte dos dirigentes contrários à orientação majoritária constituiu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), acompanhada por alguns militantes da juventude. Essas divergências, contudo, não eliminavam um pressuposto estratégico compartilhado: ambos os setores defendiam uma etapa anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática, anterior ao socialismo.[6]

Em 1964, o golpe empresarial-militar depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura marcada pelo anticomunismo e pela repressão às organizações dos trabalhadores. Mesmo sob perseguição, o movimento estudantil manteve formas de organização e resistência. Em 1965, a UNE realizou seu congresso na clandestinidade, e militantes da UJC passaram a integrar a direção da entidade. Nesse movimento, os jovens comunistas

[6]Sobre essa concepção estratégica, ver a seção 3. Sobre as divergências que levaram à cisão, ver: `https://pcb.org.br/portal2/4825`.

buscaram desenvolver a orientação do PCB de construir uma ampla mobilização de massas contra a ditadura, articulando as reivindicações estudantis à luta pela reconquista das liberdades democráticas.

Com o acirramento da repressão e das divergências sobre os caminhos da resistência, setores da juventude passaram a defender a luta armada contra a ditadura. Essa orientação entrou em conflito com a linha do PCB – e, portanto, da UJC –, que rejeitava sua adoção naquela conjuntura e priorizava a construção de uma ampla mobilização de massas para derrotar o regime. As divergências sobre as formas de luta e a orientação partidária contribuíram para novas dissidências entre os comunistas.

Em dezembro de 1968, a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)[7] ampliou os poderes de exceção e aprofundou a repressão e a restrição das liberdades políticas. O recrudescimento da violência estatal atingiu duramente as organizações de luta armada e a atuação sindical, estudantil, cultural e partidária de oposição.

O PCB foi um dos alvos dessa repressão por sua atuação nos movimentos de massas, nas denúncias contra o regime e na luta pelas liberdades democráticas. A Operação Radar, voltada ao desmantelamento do Partido e à eliminação de seus dirigentes, foi uma das principais expressões dessa ofensiva. Ao longo da ditadura, cerca de um terço dos integrantes de seu Comitê Central foi assassinado, assim como diversos militantes do Partido e jovens da UJC. Entre as vítimas estava José Montenegro de Lima, então secretário-geral da juventude, preso e desaparecido em 1975.

A perseguição comprometeu profundamente a estrutura da UJC, dispersando seus núcleos e enfraquecendo sua articulação nacional. Mesmo nessas condições, jovens comunistas mantiveram sua atuação no movimento estudantil e participaram do Encontro Nacional dos Estudantes que deliberou pela reorganização da UNE.

2.5 A redemocratização e as disputas internas

Com a anistia de 1979 e o retorno de dirigentes exilados, ganharam expressão pública as divergências sobre a linha política do PCB, que já se desenvolviam durante o exílio. Em março de 1980, Luís Carlos Prestes, secretário-geral desde 1943, publicou a *Carta aos Comunistas*, marco de sua ruptura com a direção partidária. No documento, criticava a conciliação de classes e defendia a preservação do caráter revolucionário do Partido.

Em dezembro de 1982, o PCB iniciou seu VII Congresso em meio aos desdobramentos dessas disputas. Entre as posições em debate, estavam as de setores influenciados pelo eurocomunismo[8] e as de dirigentes que procuravam preservar a unidade partidária mediante compromissos entre orientações antagônicas, sem resolver as diferenças sobre a estratégia e o caráter do Partido.

No processo de reorganização partidária após a anistia, o PCB constituiu uma comis-

[7] Editado em 13 de dezembro de 1968, autorizou o presidente da República a decretar o recesso do Congresso e de outras casas legislativas, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Também suspendeu a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Ver: `https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm`.

[8] Orientação que ganhou força em alguns partidos comunistas da Europa Ocidental nos anos 1970, defendendo uma via ao socialismo baseada no pluralismo político e nas instituições parlamentares, com distanciamento da União Soviética e rejeição da ditadura do proletariado. Na crítica marxista-leninista, representou uma revisão dos fundamentos revolucionários do marxismo e uma adaptação à institucionalidade burguesa, contribuindo para processos de transformação reformista e dissolução de partidos comunistas. Para uma exposição dessa crítica, ver: `https://pcb.org.br/portal2/5800`.

são encarregada de reorganizar a UJC. As disputas internas também atravessaram esse trabalho, com substituições de integrantes da comissão e a saída de jovens militantes, alguns dos quais acompanharam Prestes em sua ruptura com a direção partidária. Esses conflitos dificultaram a retomada da organização da juventude.

O VII Congresso do PCB não foi concluído em 1982, em meio às divergências internas e à intervenção das forças repressivas, que invadiram o local de sua realização. Somente em 1984, o Comitê Central publicou o documento final, intitulado "Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira". A orientação então consolidada aprofundou a política de conciliação de classes, limitando a atuação independente do Partido em um período de intensificação das lutas dos trabalhadores.

Em 1985, a UJC retomou sua organização, acompanhando o retorno do PCB à legalidade. Essa reorganização, porém, ocorreu sob os limites da orientação partidária predominante. A dificuldade de apresentar uma perspectiva revolucionária e de desenvolver uma atuação consistente nas lutas juvenis restringiu sua capacidade de mobilização e contribuiu para o afastamento de militantes.

Nos anos seguintes, aprofundaram-se as disputas internas no PCB e em sua juventude. O VIII Congresso, realizado em 1987, não superou os impasses da política de conciliação de classes nem resolveu as divergências sobre a estratégia e as formas de organização partidária. Em 1991, após a queda do Muro de Berlim e em meio à crise das experiências socialistas no Leste Europeu, o IX Congresso tornou mais explícito o confronto entre os defensores da continuidade revolucionária do PCB e os setores liquidacionistas, que propunham abandonar a identidade comunista e a orientação marxista-leninista. A resistência de dirigentes e militantes, com destacada participação da juventude, impediu naquele momento a implosão do Partido e preservou seu nome e seus símbolos, embora os defensores do liquidacionismo estivessem em maioria numérica na direção nacional.[9]

A crise culminou, em janeiro de 1992, na realização do congresso extraordinário convocado como X Congresso do PCB. A legitimidade do processo foi contestada devido a diversas irregularidades na escolha dos delegados, como a participação de pessoas não filiadas ao Partido, inclusive integrantes de outras organizações partidárias, para forjar uma maioria favorável à dissolução do PCB. Essa disputa resultou na fundação do Partido Popular Socialista (PPS).

Os militantes contrários à liquidação, após manifestarem sua posição na abertura do congresso espúrio, retiraram-se em passeata até o Colégio Estadual Roosevelt. Ali, realizaram a Conferência Extraordinária de Reorganização, que decidiu pela continuidade do PCB, preservando seu nome, sua sigla e seus símbolos e reafirmando a luta pelo socialismo. Esse episódio marcou o início do processo de Reconstrução Revolucionária do Partido.

Em março de 1993, o PCB realizou seu X Congresso, dando continuidade ao processo de Reconstrução Revolucionária e aprovando a reativação da UJC. As teses preparatórias destacavam a formação dos jovens comunistas e a renovação revolucionária da juventude como tarefas fundamentais para a continuidade das lutas do Partido. Também propunham bandeiras gerais para unificar a atuação juvenil, compreendendo a UJC como instrumento de organização e intervenção dos comunistas entre os jovens.

Em agosto de 1994, realizou-se o Congresso de Reorganização da UJC, no Sindicato dos Médicos, no Rio de Janeiro. O encontro

[9]Sobre as disputas internas e o movimento de resistência no IX Congresso, ver: `https://pcb.org.br/portal2/28166`.

elegeu uma direção nacional para conduzir a retomada da organização, tendo como presidente Sofia Pádua Manzano, então estudante e militante da UJC em São Paulo. Nos anos seguintes, a juventude comunista retomou sua participação na UNE e buscou ampliar sua atuação em outras frentes de luta.

2.6 A reorganização nacional e os congressos recentes

No XII Congresso do PCB, realizado em 2000, foi aprovada uma resolução que permitia a ativação ou desativação da UJC nos estados, conforme as prioridades políticas e organizativas do Partido em cada região. Nesse período, os jovens comunistas atuavam no movimento estudantil principalmente por meio do movimento "A Hora é Essa, Ousar Lutar – Ousar Vencer", cuja intervenção nacional se concentrava na UNE e na UBES. A UJC, entretanto, permaneceu organizada em alguns estados.

Em 2005, o XIII Congresso do PCB orientou a reorganização nacional da UJC como frente orgânica do Partido, com suas direções e orientações gerais referendadas pelos organismos partidários correspondentes. Naquele ano, foi constituída uma comissão nacional provisória, encarregada de articular os trabalhos existentes e preparar o Congresso de Reorganização. Realizado em Belo Horizonte, em 2006, esse encontro correspondeu ao IV Congresso Nacional da UJC e consolidou a retomada de sua organização em âmbito nacional.

Em 2010, a UJC realizou seu V Congresso, em Goiânia. Em 2012, o VI Congresso ocorreu em Niterói. Por ocasião deste último, também foi realizado um seminário internacional com representantes de organizações de juventude latino-americanas, incluindo a União de Jovens Comunistas de Cuba.

O VI Congresso analisou os desdobramentos da crise capitalista de 2008 e criticou a destinação de recursos públicos ao salvamento de bancos e grandes empresas, enquanto os custos da crise recaíam sobre os trabalhadores, por meio do desemprego e da retirada de direitos. No Brasil, denunciou a política de conciliação de classes do governo Dilma e a continuidade dos fundamentos da política econômica de governos anteriores, como o governo de Fernando Henrique Cardoso. Criticou, assim, os cortes em serviços públicos, as privatizações e a precarização do trabalho, reafirmando a independência política da classe trabalhadora diante do governo e a necessidade de vincular as lutas da juventude à estratégia da revolução socialista.

"Organizando rebeldias, massificando lutas!" foi o lema do VII Congresso da UJC, realizado em abril de 2015. O encontro homenageou João Saldanha, o "João Sem Medo", cuja trajetória vinculou a militância comunista às lutas populares. Na abertura, a Medalha Dinarco Reis foi concedida em sua memória e entregue à sua companheira, Thereza Bulhões.

O congresso analisou o desgaste da política de conciliação de classes dos governos petistas e a insatisfação crescente entre os jovens, alertando para as tentativas de forças conservadoras e reacionárias de canalizar essa revolta em favor de seus projetos políticos. Nesse contexto, o lema expressava a tarefa de disputar a consciência da juventude e transformar sua revolta em organização e luta coletiva, com independência de classe e perspectiva socialista.

Em consonância com o PCB, a UJC também defendeu a construção de uma frente partidária de atuação no movimento LGBT, posteriormente denominada Coletivo LGBT Comunista, e o fortalecimento da organização e da sindicalização dos jovens trabalhadores, em articulação com a Unidade Classista, frente sindical do Partido.

O VIII Congresso da UJC foi realizado entre março e abril de 2018, sob o lema "Unidade para resistir, ousadia para avançar!". O encontro analisou o crescimento da extrema-direita no Brasil e no mundo, relacionando-o

aos desdobramentos da crise capitalista de 2008, à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e ao fortalecimento de projetos reacionários. Diante desse cenário, defendeu a unidade das forças populares na resistência à extrema-direita, vinculada à perspectiva de superação do capitalismo. Com sua realização, a UJC completou uma sequência ininterrupta de cinco congressos nacionais desde a reorganização de 2006, demonstrando a continuidade de sua construção organizativa.

Em 2022, a UJC realizou seu IX Congresso, em um período de crescimento de suas fileiras. Essa expansão ocorreu em meio ao acirramento da luta de classes e aos ataques aos direitos dos trabalhadores intensificados desde 2016, mas também resultou do trabalho de organização, formação e intervenção política desenvolvido pela UJC nas lutas da juventude.

Nesse processo, a UJC buscou fortalecer-se como alternativa revolucionária para os jovens que vivenciam a exploração do trabalho, a precarização das condições de vida e a retirada de direitos. Sua tarefa era transformar essa insatisfação em organização e luta coletiva, articulando as reivindicações imediatas à construção do Poder Popular e à estratégia da revolução socialista.

Em seu X Congresso, realizado em novembro de 2025, a UJC reafirmou o compromisso com a classe trabalhadora e sua juventude, articulando a luta contra a exploração capitalista ao enfrentamento do racismo, do machismo, da LGBTfobia, do capacitismo e das demais formas de opressão. Nessa perspectiva, a construção da unidade da juventude trabalhadora exige reconhecer suas diferentes condições de vida e demandas, incluindo as dos jovens de povos e comunidades tradicionais, e incorporá-las à organização e à luta pelo socialismo.

3 A política da UJC

3.1 O debate estratégico

Durante parte de sua história, o PCB interpretou que o desenvolvimento capitalista brasileiro encontrava obstáculos na dependência em relação ao imperialismo e na permanência de relações consideradas feudais ou semifeudais, sobretudo no campo. Nessa leitura, a concentração da propriedade da terra e determinadas formas de exploração dos trabalhadores rurais expressavam sobrevivências de relações anteriores ao capitalismo. Essa interpretação fundamentava a defesa de uma etapa nacional e democrática da revolução, destinada a superar esses obstáculos antes da transição ao socialismo.[10]

A Declaração de Março de 1958 reconheceu o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas manteve a interpretação de que persistiam relações semifeudais no campo e reafirmou a necessidade de uma etapa nacional e democrática anterior à revolução socialista. O problema dessa leitura não estava simplesmente em reconhecer a existência de relações de trabalho não assalariadas, mas em interpretá-las como obstáculos cuja superação exigiria uma etapa de desenvolvimento capitalista anterior à revolução socialista. A predominância do capitalismo não exige que todas as relações de trabalho sejam assalariadas, nem que o país alcance o mesmo nível de industrialização das principais potências: o capital pode subordinar à sua reprodução diferentes formas de produção e exploração do trabalho.

Essa interpretação fundamentava uma estratégia denominada etapista: antes da revolução socialista, seria necessário realizar uma etapa nacional e democrática, de caráter anti-imperialista e antifeudal, que abriria caminho ao desenvolvimento das forças produtivas e

[10] Ver o Manifesto de Agosto de 1950 e a Declaração de Março de 1958, documentos que expressam diferentes orientações políticas do PCB, mas mantêm a perspectiva de uma etapa anti-imperialista e antifeudal anterior ao socialismo.

criaria condições para a posterior transição ao socialismo. Nessa perspectiva, admitia-se a aliança dos trabalhadores com setores da burguesia considerados interessados no desenvolvimento nacional e no enfrentamento ao imperialismo e ao latifúndio. A crítica a essa estratégia reside em subordinar a luta pelo socialismo a uma etapa de desenvolvimento capitalista e em atribuir a esses setores burgueses um papel de aliados estratégicos, comprometendo a independência política da classe trabalhadora.

A industrialização e a expansão das relações capitalistas no Brasil ganharam impulso a partir da década de 1950, aprofundando-se de maneira desigual e dependente, sem superar as disparidades regionais e sociais. Esse processo avançou durante a ditadura empresarial-militar, sob intensa repressão às lutas e às organizações da classe trabalhadora, e modificou as condições em que os comunistas formulavam sua estratégia e sua intervenção política.

A retomada das mobilizações operárias e populares, desde o final dos anos 1970, contribuiu para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Essas organizações conquistaram crescente influência sobre as lutas da classe trabalhadora. Nesse processo, ganhou força uma nova estratégia denominada democrático-popular, que partia do diagnóstico de que o desenvolvimento capitalista brasileiro havia deixado em aberto tarefas democráticas como a reforma agrária, a democratização do Estado, a redução das desigualdades regionais, a redistribuição da renda e a universalização dos direitos sociais.

Segundo essa estratégia, a aliança entre a classe trabalhadora e outros setores populares deveria acumular forças por meio da mobilização de massas de caráter anticapitalista e da disputa institucional. Nesse processo, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento sindical capitaneado pela CUT teriam papel central na alteração da correlação de forças. Buscava-se, assim, chegar aos espaços institucionais do Estado burguês para constituir um governo democrático-popular capaz de impulsionar transformações estruturais de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista, na perspectiva socialista. A princípio, essa conquista no âmbito eleitoral do governo deveria contribuir ou criar condições para a conquista do poder político pela classe trabalhadora.

No plano organizativo, setores que conformaram o PT defenderam um partido de massas com direito de organização de correntes ou tendências internas, em crítica ao modelo dos partidos comunistas vinculados à tradição soviética, considerado por esses setores excessivamente centralizado e restritivo ao pluralismo interno. Essa crítica assumiu diferentes formulações no interior do PT e não implicava, em todos os casos, a rejeição da disciplina partidária ou da unidade de ação.

Em suas formulações iniciais, a estratégia democrático-popular reconhecia o caráter capitalista da sociedade brasileira e criticava a estratégia nacional e democrática, rejeitando tanto a aliança estratégica com a burguesia nacional quanto a ideia de realizar as tarefas democráticas numa etapa separada, ainda nos marcos do capitalismo, antes da transição socialista. Nas resoluções de 1987, o PT vinculava a viabilidade do governo democrático-popular à ruptura com a ordem burguesa e a execução de seu programa à adoção simultânea de medidas que visassem ao socialismo.

Entretanto, a trajetória do PT expôs os limites dessa concepção estratégica. A revisão do programa e a ampliação das alianças já estavam em curso durante a campanha presidencial de 2002. Na *Carta ao Povo Brasileiro*, Lula já sinalizava uma inflexão rumo à conciliação de classes ao propor uma ampla negociação nacional e assumir o compromisso de respeitar os contratos e as obrigações do

país.

A direção do PT apostou, então, em dar continuidade ao acúmulo de forças a partir do governo federal. Para sustentar o governo, aprofundou alianças com forças de centro e de direita e assumiu compromissos com o capital financeiro, o agronegócio e outras frações da burguesia. Nesse percurso, o programa anticapitalista e de perspectiva socialista cedeu lugar a uma plataforma democrática e antineoliberal. Na prática de governo, consolidou-se uma orientação social-liberal, que combinava o estímulo ao crescimento econômico com programas focalizados de transferência de renda voltados ao combate à pobreza extrema.

Esse percurso reproduziu justamente os limites do etapismo: a conquista e a manutenção do governo tornaram-se prioritárias, e a luta por reformas perdeu seu vínculo com a perspectiva de ruptura socialista. Com a consolidação da política de conciliação de classes, as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser subordinadas aos limites impostos pela preservação da ordem capitalista e pelos acordos com a burguesia. Mesmo quando promoveu melhorias nas condições de vida de parcelas da população, essa orientação manteve os fundamentos da exploração do trabalho e assegurou condições favoráveis à acumulação capitalista, comprometendo a independência política da classe trabalhadora.

Nos anos 1990, o neoliberalismo se consolidou no Brasil por meio de privatizações, abertura comercial e financeira e mudanças nas relações de trabalho. Esse processo se articulou à reestruturação produtiva, com a expansão da terceirização, a introdução de novas tecnologias e formas de gestão e a reorganização das cadeias produtivas em escala internacional.

Essas transformações combinaram efeitos econômicos e políticos: ampliaram as possibilidades de redução de custos e intensificação da exploração do trabalho, ao mesmo tempo que fragmentaram vínculos contratuais e dispersaram parcelas dos trabalhadores entre diferentes empresas e locais de trabalho. Isso dificultou a organização coletiva e enfraqueceu formas tradicionais de atuação sindical, sem eliminar as concentrações operárias nem a luta de classes. A reorganização da produção impôs, assim, novos desafios à construção da unidade e da organização política da classe trabalhadora.

Diante da fragmentação da classe trabalhadora, o PCB defende a articulação entre trabalhadores de diferentes categorias e locais de trabalho, inclusive por meio de espaços de organização intersindical. Esses espaços devem fortalecer a ação conjunta dos sindicatos e vincular as reivindicações imediatas à luta política mais ampla, superando os limites do corporativismo e do economicismo.[11] Trata-se de construir a unidade e a independência de classe, articulando a defesa dos direitos e das condições de vida à luta pelo poder político e pela superação do capitalismo.

Como afirmam as resoluções do XV Congresso do PCB:

> "Afirmamos que a Revolução Brasileira é uma Revolução Socialista, considerando que o Brasil é uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional constituiu-se em classe hegemônica e dominante; que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo político da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e domi-

[11] Economicismo é a orientação que limita a luta dos trabalhadores às reivindicações econômicas imediatas e subordina sua atuação política aos limites da luta sindical, em prejuízo da organização revolucionária independente da classe. A crítica não implica desprezar as lutas por salários, direitos e condições de trabalho, mas combater sua separação da luta política pelo socialismo. Ver Lênin, *Que fazer?* (1902), especialmente os capítulos II e III.

> nante, formado pela aliança entre a grande burguesia monopolista, o monopólio capitalista da terra, o imperialismo e um setor político da pequena burguesia política que, através de burocracias partidárias e sindicais e o controle de mecanismos de governo, buscam cooptar o proletariado e neutralizar suas ações; considerando ainda que um bloco proletário procura resistir na direção de uma contra-hegemonia que aponta para uma meta de superação do capitalismo e da necessidade de uma sociedade socialista".[12]

Para construir a Revolução Brasileira, não basta formular uma estratégia: é necessário desenvolver mediações táticas que a vinculem às lutas concretas da classe trabalhadora. Isso exige fortalecer sua organização e articular a unidade de ação entre as forças comprometidas com a revolução socialista, preservando a independência de classe. Trata-se de acumular forças e criar condições para uma nova ofensiva dos trabalhadores contra o capital.

O ciclo político hegemonizado pelo PT, marcado pela conciliação de classes, contribuiu para o apassivamento e a perda de independência política da classe trabalhadora. A esquerda revolucionária enfrenta, nesse contexto, uma situação de fragmentação e de inserção limitada entre os trabalhadores. Diante desses desafios, o PCB propõe a construção de uma Frente Anticapitalista e Anti-imperialista, articulando forças políticas e sociais em torno de um programa de enfrentamento ao capital e ao imperialismo. Essa frente deve contribuir para a constituição de um Bloco Revolucionário do Proletariado, capaz de disputar a hegemonia com o bloco liberal-burguês dominante e avançar na luta pelo poder e pelo socialismo.

Essa construção se desenvolve nas lutas cotidianas, por meio da organização independente da classe trabalhadora e de sua aliança com outros setores populares. Exige impulsionar formas de organização e de ação coletiva que ampliem a participação dos trabalhadores nas decisões e na condução de suas lutas, confrontem as estruturas de dominação burguesa e contribuam para a construção da hegemonia proletária. É nesse sentido que compreendemos a construção do Poder Popular: como um processo que articula as lutas imediatas à organização da classe trabalhadora para a conquista do poder político e a transformação socialista da sociedade.[13]

Se lutamos por uma sociedade em que os próprios trabalhadores organizem a produção e a distribuição da riqueza social para atender às necessidades coletivas, é fundamental desenvolver, nas lutas do presente, experiências de organização, decisão e controle pelos trabalhadores. Essas experiências devem fortalecer sua capacidade de confrontar a ordem capitalista e se articular à luta pelo poder político, pois não substituem a transformação das relações de propriedade e do Estado. Nesse sentido, como afirmam as teses do VI Congresso da UJC, "é na construção do poder popular, de mecanismos coletivos de controle econômico e de tomadas de decisão que se encontram as sementes da sociedade socialista".

3.2 As frentes de atuação da UJC

A UJC organiza sua atuação em três frentes principais: o Movimento Estudantil, nos locais de estudo; o Movimento de Bairros, nos locais de moradia; e os Jovens Trabalhadores, nos locais de trabalho. Essa organização resulta da análise da realidade brasileira e da expe-

[12] Ver *A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil*, resolução do XV Congresso Nacional do PCB (2014). Disponível em: `https://pcb.org.br/portal2/6195`.

[13] Ver *Poder Popular: conceituação e caminhos de construção*, resolução da Conferência Política Nacional do PCB (2016). Disponível em: `https://pcb.org.br/portal2/29940`.

riência acumulada pela militância, buscando responder às diferentes condições de vida e às demandas da juventude trabalhadora. As três frentes se articulam e se complementam, pois estudo, moradia e trabalho são dimensões interligadas dessa realidade. Em cada uma delas, buscamos organizar a juventude em torno de suas reivindicações concretas, vinculando as lutas imediatas à construção do socialismo, rumo ao comunismo.

As formas de intervenção devem partir das condições concretas de cada local e ser planejadas e avaliadas coletivamente. Isso exige conhecer as condições de vida da juventude, suas demandas e suas formas de organização, articulando esse conhecimento à linha política nacional e às deliberações dos organismos competentes. A iniciativa local deve fortalecer a ação unitária da UJC, respeitando as decisões dos organismos superiores e contribuindo para a realização dos objetivos coletivos da organização.

Essas frentes abrangem diferentes espaços e formas de atuação, conforme a realidade de cada território. Em alguns estados, por exemplo, temos maior inserção nas lutas pela mobilidade urbana, vinculadas ao Movimento de Bairros; em outros, nas entidades estudantis de base e gerais, vinculadas ao Movimento Estudantil.

O trabalho cultural atravessa as três frentes, articulando os locais de moradia, estudo e trabalho. Por meio da organização de atividades e da produção e circulação de manifestações artísticas e culturais, buscamos questionar os valores que sustentam a ordem capitalista, estimular a criação coletiva e fortalecer a solidariedade entre os trabalhadores, contribuindo para sua organização e resistência.

Na frente de **Movimento Estudantil**, buscamos organizar os estudantes nas lutas contra a submissão da educação aos interesses do capital, articulando sua atuação à dos professores e demais trabalhadores da educação. Essa atuação integra a construção do Poder Popular nas escolas e universidades, vinculando a defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada à luta por uma educação popular, orientada às necessidades da classe trabalhadora e à superação do capitalismo.

Nessa perspectiva, construímos o Movimento por uma Universidade Popular (MUP) e o Movimento por uma Escola Popular (MEP), que articulam a luta por esses projetos de educação no ensino superior e na educação básica, respectivamente. São espaços de organização, debate e mobilização que reúnem militantes da UJC, estudantes e trabalhadores da educação independentes, entidades e movimentos populares em torno desses programas. Sua construção envolve o trabalho cotidiano nas instituições de ensino e nas comunidades, o fortalecimento das entidades estudantis e a articulação com as lutas da classe trabalhadora, vinculando as reivindicações imediatas à transformação da educação e da sociedade.

Na frente de **Movimento de Bairros**, buscamos organizar a juventude trabalhadora em seus locais de moradia, construindo coletivamente propostas para o território que respondam às necessidades de quem nele vive e trabalha. Essa atuação confronta a subordinação da cidade, do campo e da floresta aos interesses do capital, considerando as particularidades de cada realidade. Por meio da construção e do fortalecimento de organizações de base, articulamos as lutas por moradia, saúde, infraestrutura, soberania alimentar, transporte, esporte e lazer à construção do Poder Popular.

Na frente de **Jovens Trabalhadores**, a UJC busca enfrentar as condições de exploração do trabalho juvenil, agravadas pela precarização, pela informalidade e pela expansão do trabalho mediado por plataformas digitais. Para isso, defendemos a organização da juventude em seus locais de trabalho, o fortalecimento da sindicalização e a construção

de formas de organização que alcancem também os trabalhadores dispersos e sem vínculos formais de emprego. Essa atuação deve articular as reivindicações imediatas à unidade e à independência política da classe trabalhadora, vinculando a luta por direitos à superação da exploração capitalista.

Outro eixo importante da nossa atuação é o internacionalismo proletário. Buscamos fortalecer a articulação entre organizações comunistas e forças anticapitalistas e anti-imperialistas de diferentes países, contribuindo para a cooperação e o debate político no movimento comunista internacional e combatendo as orientações reformistas.

Nesse sentido, atuamos na Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), da qual a UJC é uma das organizações fundadoras e a cujo Conselho Fiscal retornamos em 2025. Conforme as resoluções do X Congresso, participamos dos espaços de articulação entre juventudes em consonância com a política do PCB e sob acompanhamento da Coordenação Nacional.

Também desenvolvemos ações de solidariedade internacional, como o apoio à luta do povo palestino e a defesa de Cuba diante do bloqueio imperialista. Essa atuação articula a denúncia das agressões imperialistas e da criminalização dos movimentos populares ao apoio às lutas dos trabalhadores e à autodeterminação dos povos.

Desde sua reorganização, a UJC vem fortalecendo sua inserção nas lutas sociais em todo o país. Estamos presentes nas cinco regiões brasileiras, atuando em fóruns de luta, movimentos populares e iniciativas culturais. Por meio do trabalho organizativo, da formação política e da agitação e propaganda, buscamos transformar essa presença em vínculos duradouros com a juventude trabalhadora, ampliando sua organização e sua participação nas lutas.

4 Organização interna da UJC

4.1 Relação com o PCB

A UJC é a juventude do PCB e uma de suas escolas de quadros[14], atuando como mediação entre o Partido e a juventude brasileira para aproximá-la do projeto revolucionário comunista. Sua militância reúne tanto aqueles que atuam exclusivamente na juventude quanto os que também integram o Partido, unidos pela concordância com a linha política do PCB e pelo compromisso com seus princípios organizativos. Nesse sentido, a UJC desenvolve o trabalho comunista revolucionário entre os jovens, articulando suas reivindicações e lutas à estratégia da revolução socialista, rumo ao comunismo. Para cumprir essa finalidade, combina estudo teórico, trabalho de base e experiência prática de organização e luta, contribuindo para a formação de militantes e o fortalecimento da organização independente da classe trabalhadora.

A UJC possui autonomia relativa em relação ao PCB, ao qual está vinculada histórica, orgânica, política e ideologicamente. Embora tenha Estatuto, Congresso, organismos, direções e finanças próprios, suas deliberações devem estar em consonância com a linha política e as resoluções do Partido. Suas direções e ações são acompanhadas e referendadas pelos organismos partidários correspondentes. Essa relação também pressupõe diálogo e contribuição recíproca: as experiências, os debates e as

[14] Quadros são militantes cuja formação teórica e experiência prática lhes permitem analisar situações concretas, formular e executar orientações políticas e assumir responsabilidades organizativas. Sua atuação envolve organizar o trabalho coletivo, desenvolver a agitação e a propaganda revolucionárias e contribuir para a formação de outros militantes. Nesse sentido, a condição de quadro não decorre, por si só, da ocupação de cargos de direção, seja na organização comunista, seja em entidades sindicais, estudantis ou populares.

formulações acumulados pela UJC no trabalho com a juventude contribuem para a elaboração política do PCB, que pode incorporá-los às suas orientações e resoluções.

4.2 O centralismo democrático

A UJC organiza-se segundo o centralismo democrático, princípio organizativo da tradição marxista-leninista que articula a democracia interna à unidade de ação. Por meio dele, a militância participa da elaboração política e das decisões coletivas e assume a responsabilidade por sua execução. Esse funcionamento permite reunir as experiências dos diferentes locais de atuação em uma orientação comum, fortalecendo a intervenção organizada da juventude comunista.

O debate interno deve assegurar à militância o direito de apresentar propostas, defender posições e formular críticas nos organismos dos quais participa, respeitando o Estatuto, as resoluções congressuais e a linha política da organização. As divergências devem ser tratadas com seriedade e camaradagem, examinando os argumentos e seus fundamentos, sem constrangimentos ou ataques pessoais. A busca de consenso deve orientar a discussão; quando ele não for alcançado, a decisão cabe à maioria, observadas as regras de deliberação.

Uma vez tomada a decisão, ela deve ser cumprida pelo conjunto da militância, inclusive por aqueles que tenham defendido posições diferentes. A minoria subordina-se à maioria, assim como os organismos inferiores se subordinam aos superiores. Isso significa que as decisões de um organismo devem respeitar suas atribuições e não podem contrariar as deliberações que orientam o conjunto da UJC. A iniciativa de cada militante e organismo deve contribuir para a ação unitária da organização.

Essa unidade não elimina o direito de crítica nem exige que as divergências desapareçam. A militância pode apresentar avaliações, propostas de revisão e recursos pelos canais internos, conforme as condições estatutárias. Entretanto, a discordância ou a apresentação de um recurso não autoriza, por si só, o descumprimento ou a suspensão da decisão vigente. O respeito às posições minoritárias deve coexistir com o compromisso de todos com a execução das deliberações coletivas.

Democracia e centralização não constituem momentos separados, restritos, respectivamente, às reuniões e à execução das tarefas. Ambas integram a vida cotidiana da organização: a discussão orienta a ação, a experiência prática oferece elementos para o balanço e a avaliação coletiva permite corrigir erros e aperfeiçoar o trabalho. Por isso, o centralismo democrático exige a circulação das informações necessárias à participação, a regularidade das reuniões, a realização de balanços, a prestação de contas e o exercício da crítica e da autocrítica.

A direção coletiva também é parte desse princípio. As responsabilidades individuais decorrem das decisões do organismo e permanecem submetidas ao seu acompanhamento e à sua avaliação. A divisão de tarefas não autoriza decisões pessoais acima do coletivo, assim como a existência de uma direção não dispensa a participação ativa e responsável da militância. Aos organismos dirigentes cabe orientar os trabalhos, ouvir os organismos de base, considerar suas experiências e prestar contas de sua atuação.

A disciplina que sustenta esse funcionamento deve ser consciente, fundada na compreensão dos objetivos políticos, na responsabilidade coletiva e no compromisso com a luta revolucionária. Ela se concretiza na preparação para os debates, no cumprimento das tarefas, na comunicação das dificuldades e no respeito às decisões e à hierarquia organizativa. Dessa forma, o centralismo democrático fortalece a capacidade da UJC de formular orientações comuns, aprender com sua prática e atuar de maneira coesa junto à juventude

trabalhadora.

4.3 Ingresso, direitos e deveres da militância

O recrutamento é um processo de formação teórica e prática que apresenta as linhas políticas e os princípios organizativos da UJC e do PCB, articulando estudo, discussão coletiva e participação nas atividades. Seu desenvolvimento e a inserção do novo militante em um núcleo ocorrem sob deliberação e acompanhamento desse organismo. Este caderno serve de apoio ao processo, sem substituir a leitura dos documentos, os encontros de discussão e a experiência prática de organização e luta.

São deveres da militância participar das reuniões e tarefas, justificar ausências, contribuir financeiramente, dedicar-se à formação política, cumprir as decisões coletivas e acompanhar as comunicações internas. Esses compromissos devem ser exercidos com camaradagem e responsabilidade, por meio da crítica e da autocrítica e do cuidado com as informações internas e com a segurança física e digital da militância e da organização.

A cotização, contribuição financeira regular da militância, é uma expressão concreta do vínculo com a organização e do compromisso com sua linha política e seus objetivos coletivos. Ao contribuir para a sustentação material da UJC, cada militante assume parte da responsabilidade por viabilizar suas atividades, seus materiais e sua estrutura. Trata-se, portanto, de uma tarefa política que fortalece a independência da organização diante do Estado, de empresas e de interesses alheios à classe trabalhadora. Sua importância não se mede pelo valor individual da contribuição, mas pelo compromisso coletivo de sustentar uma atuação revolucionária independente, respeitadas as condições financeiras de cada militante.

São direitos da militância participar das discussões e decisões do próprio organismo, votar e ser votada, apresentar críticas, propostas e recursos pelos canais internos adequados e contar com ampla defesa em questões disciplinares, conforme as disposições estatutárias. Ao ingressar, cada militante deve receber os documentos congressuais vigentes e os documentos básicos da organização. O Estatuto também prevê a possibilidade de solicitar licença temporária e, em caso justificado de impossibilidade financeira, isenção da cotização.

4.4 Instâncias e estrutura organizativa

A estrutura organizativa da UJC concretiza os princípios do centralismo democrático e permite articular o trabalho desenvolvido nos diferentes locais de atuação em uma ação política nacional. Ela compreende organismos de base e de direção, com atribuições e responsabilidades próprias, vinculados por relações de acompanhamento, prestação de contas e subordinação às decisões dos organismos superiores. Essa estrutura integra uma única organização: cada militante pertence à UJC em seu conjunto, e não apenas ao organismo em que atua.

O Congresso Nacional é a instância máxima de deliberação da UJC. Cabe a ele avaliar o trabalho realizado, definir a linha política da organização, deliberar sobre seu Programa e Estatuto e eleger a Coordenação Nacional. Suas resoluções orientam toda a militância até o Congresso seguinte e devem estar em consonância com a linha política e as resoluções do PCB, respeitando a autonomia relativa da juventude.

Conforme o Estatuto, o Congresso Nacional ocorre ordinariamente a cada três anos, a depender da conjuntura e sob referendo do Comitê Central do PCB. Sua realização envolve um processo de discussão dos documentos preparatórios, com etapas de núcleo, estaduais e distrital, culminando na etapa nacional. A participação da militância e a eleição de de-

legados seguem o edital e as normas congressuais. Desse modo, o Congresso reúne os balanços e as contribuições dos diferentes organismos para formular uma orientação comum para toda a UJC.

Entre os Congressos, a Coordenação Nacional (CN) é o organismo de direção nacional, responsável por conduzir o trabalho da UJC e assegurar a aplicação das resoluções congressuais. As Coordenações Estaduais (CEs) e a Coordenação Distrital (CD), no Distrito Federal, constituem as direções intermediárias, articulando a orientação nacional às condições concretas de seus territórios. Cabe a elas acompanhar e fortalecer os núcleos, organizar a atuação em seu âmbito e contribuir com experiências e formulações para o conjunto da organização.

Os núcleos são os organismos de base da UJC, nos quais a militância se organiza para desenvolver sua atuação cotidiana. Vinculados aos locais de estudo, moradia ou trabalho, constituem o espaço fundamental de participação, formação, planejamento e avaliação coletiva das tarefas. É por meio deles que a organização estabelece vínculos com a juventude trabalhadora e articula suas reivindicações concretas à linha política nacional.

Para dar continuidade aos trabalhos entre as reuniões, a Coordenação Nacional elege a Comissão Executiva Nacional (CEN), as Coordenações Estaduais elegem suas Comissões Executivas Estaduais, e os núcleos elegem seus secretariados. Esses órgãos executivos encaminham as deliberações e coordenam as tarefas sob responsabilidade dos organismos que os elegeram, aos quais permanecem subordinados e devem prestar contas. Sua atuação não substitui as reuniões nem as responsabilidades coletivas desses organismos: a divisão de funções deve favorecer a participação e a socialização das informações, e não concentrar a vida política em um grupo restrito.

A ligação entre os diferentes níveis da organização é sustentada pelo trabalho de assistência. Trata-se do acompanhamento político e organizativo que um organismo de direção presta aos organismos inferiores, por meio de militantes designados dentre seus membros. A assistência orienta-se pelas decisões coletivas do organismo superior e contribui para a aplicação das deliberações, o planejamento das atividades, a formação da militância e a identificação de dificuldades. Ao mesmo tempo, leva à direção as experiências, avaliações e necessidades dos organismos assistidos, garantindo que esse acompanhamento ocorra nos dois sentidos.

O assistente não substitui a direção nem as decisões coletivas do organismo acompanhado. Sua intervenção deve fortalecer a capacidade de organização e atuação do coletivo. A responsabilidade pelo acompanhamento permanece com o organismo que o designou, ao qual cabe avaliar a assistência prestada e assegurar sua continuidade.

Além das assistências internas da UJC, há o acompanhamento partidário realizado pelos organismos de direção correspondentes do PCB, por meio de suas Secretarias de Juventude. Essa relação concretiza o vínculo político e orgânico entre a juventude e o Partido, contribuindo para a unidade de orientação e para o desenvolvimento do trabalho comunista entre os jovens.

4.5 Núcleos de base

Toda a militância da UJC deve estar organizada em um núcleo de base. O núcleo articula a atuação nos locais de estudo, moradia e trabalho à orientação política geral da organização. Nele, a militância analisa coletivamente a realidade em que está inserida, planeja intervenções e avalia seus resultados. As experiências desse trabalho também contribuem, pelos canais orgânicos, para a elaboração política do conjunto da UJC.

A constituição de um núcleo exige, no mínimo, três militantes. Seu funcionamento

deve combinar reuniões regulares, divisão de responsabilidades e planejamento, com objetivos, tarefas e prazos definidos coletivamente. A existência de um núcleo não se resume, portanto, à reunião de militantes em determinado território: pressupõe atuação organizada, vínculo com a juventude e acompanhamento pelo organismo superior.

O planejamento deve partir do conhecimento das condições de vida, das demandas e das formas de organização existentes no local de atuação. A partir desse diagnóstico, o núcleo define prioridades e desenvolve atividades que articulem as reivindicações imediatas à linha política da UJC. Reuniões com trabalhadores e estudantes, formações, panfletagens, atividades culturais e iniciativas de organização das lutas são possibilidades cuja pertinência deve ser avaliada conforme cada realidade.

A iniciativa do núcleo deve fortalecer a ação unitária da organização, respeitando as resoluções congressuais e as orientações dos organismos superiores. Isso exige combinar criatividade na intervenção com disciplina na execução e regularidade dos balanços. O núcleo elege seu secretariado para coordenar as tarefas entre as reuniões, mantendo no conjunto do organismo a responsabilidade pela discussão, pelas decisões e pela avaliação do trabalho.

4.6 Coordenações Estaduais e Distrital

As Coordenações Estaduais (CEs) e a Coordenação Distrital (CD), no Distrito Federal, são os organismos de direção intermediária da UJC. Eleitas nas etapas congressuais de seus respectivos âmbitos, articulam os núcleos à Coordenação Nacional e dirigem o trabalho nos estados e no Distrito Federal.

Sua tarefa central é garantir o pleno funcionamento dos núcleos, prestar assistência e organizar a formação de novos organismos. Para isso, devem conhecer as condições de atuação da militância, acompanhar seus planejamentos e contribuir para superar dificuldades políticas e organizativas. Também lhes cabe formular orientações para as frentes de atuação em seu território, desenvolver a formação de quadros e organizar iniciativas que articulem diferentes núcleos.

As CEs e a CD aplicam as resoluções congressuais e as orientações da Coordenação Nacional, considerando as particularidades de seus territórios. Ao mesmo tempo, encaminham à direção nacional balanços, propostas e experiências que contribuam para o trabalho do conjunto da UJC. Desenvolvem política financeira própria, asseguram os repasses devidos e recebem acompanhamento político e orgânico dos Comitês Regionais do PCB dos Comitês Regionais do PCB, por meio das respectivas Secretarias de Juventude.

Cada coordenação elege sua comissão executiva para conduzir os trabalhos entre as reuniões. Nas Coordenações Estaduais, esse órgão é denominado Comissão Executiva Estadual. A executiva permanece subordinada à coordenação que a elegeu, deve aplicar suas deliberações e prestar contas de sua atuação.

4.7 Coordenação Nacional

A Coordenação Nacional (CN), eleita pelo Congresso Nacional, é o organismo de direção da UJC entre os Congressos. Sua responsabilidade fundamental é assegurar a aplicação das resoluções congressuais e dirigir o trabalho da organização em âmbito nacional, articulando as diferentes frentes de atuação e os organismos territoriais em torno de uma orientação comum.

Cabe à CN acompanhar e fortalecer a organização nos estados e no Distrito Federal, prestar assistência às direções intermediárias e orientar a atuação nas entidades e nos espaços de articulação nacionais e internacionais. Suas decisões devem considerar as contribu-

ições dos organismos de base e das direções intermediárias, assim como os balanços da militância responsável por tarefas específicas. A CN também organiza o processo congressual, observando as disposições estatutárias e o referendo do Comitê Central do PCB.

A direção nacional recebe assistência do Comitê Central do PCB por meio da Secretaria Nacional de Juventude. Pode contar com comissões de trabalho para estudar questões específicas, operacionalizar tarefas, acompanhar frentes de atuação e subsidiar suas decisões. Essas comissões permanecem subordinadas ao órgão de direção responsável e não constituem organismos independentes.

A CN elege a Comissão Executiva Nacional (CEN), seu órgão executivo, responsável por conduzir os trabalhos entre as reuniões do pleno. A CEN atua com base nas resoluções, nos planos de trabalho e nas decisões da CN, à qual permanece subordinada e deve prestar contas. A existência da executiva não dispensa a regularidade das reuniões nem a responsabilidade coletiva do conjunto da Coordenação Nacional.

4.8 Secretariados e comissões executivas

Os secretariados dos núcleos e as comissões executivas das instâncias de direção organizam a continuidade dos trabalhos entre as reuniões dos organismos que os elegeram. Cabe-lhes encaminhar as deliberações, acompanhar a execução das tarefas e tomar decisões coletivas dentro de suas competências, respeitando as orientações vigentes e os mecanismos de avaliação e referendo correspondentes.

A divisão de responsabilidades em secretarias permite que determinadas tarefas tenham acompanhamento regular, mas não confere autoridade pessoal independente das decisões coletivas. As informações devem circular pelo organismo, e a militância deve participar da execução e da avaliação do trabalho. A concentração das tarefas em poucas pessoas e a substituição das reuniões do organismo pelas reuniões de seu órgão executivo prejudicam a democracia interna e a formação dos militantes.

Nos núcleos, o secretariado é composto por três a sete integrantes, sempre em número ímpar. As Secretarias Política, de Organização e de Finanças são as responsabilidades basilares e obrigatórias: todo núcleo deve contar com as três, pois elas constituem a estrutura mínima necessária ao seu funcionamento. Outras responsabilidades podem ser distribuídas conforme as necessidades do trabalho e as condições do organismo, respeitando os limites estatutários. Nas instâncias de direção, a composição das comissões executivas deve observar suas normas específicas e as resoluções da organização.

4.8.1 Secretaria Política

A Secretaria Política acompanha a aplicação da linha política e contribui para a unidade e a direção coletiva do organismo. Seu exercício exige estudo, capacidade de análise e disposição para ouvir, formular e organizar o trabalho com os demais militantes. Não se trata de uma chefia pessoal, mas de uma responsabilidade política exercida sob controle coletivo.

Entre suas tarefas estão:

- contribuir para a análise de conjuntura e para a elaboração do planejamento político;
- acompanhar a aplicação das resoluções e a coerência política das atividades;
- articular relações com entidades, movimentos e outras forças políticas, conforme as orientações do organismo;
- contribuir para a preparação e a condução das reuniões, respeitando os procedimentos coletivos de convocação;
- manter a articulação com o organismo su-

perior, por meio da assistência.

4.8.2 Secretaria de Organização

A Secretaria de Organização acompanha o funcionamento cotidiano do organismo e a execução de seu planejamento. Sua tarefa é contribuir para que as decisões se convertam em trabalho organizado, com responsabilidades definidas, comunicação regular e participação da militância.

Entre suas atribuições estão:

- registrar as deliberações e acompanhar o cumprimento das tarefas e dos prazos;
- organizar o calendário de reuniões e atividades;
- manter atualizados os registros da militância, preservando as informações internas;
- acompanhar a participação dos militantes e identificar dificuldades que afetem sua vida orgânica;
- assegurar a circulação de documentos, orientações e comunicações internas;
- sistematizar relatórios e balanços, em articulação com as demais secretarias;
- acompanhar os processos de recrutamento e integração de novos militantes, conforme as deliberações do organismo.

4.8.3 Secretaria de Finanças

A Secretaria de Finanças organiza os meios materiais necessários à atuação política. Seu trabalho não se limita à tesouraria: envolve planejar a arrecadação e o uso dos recursos em função dos objetivos coletivos, garantindo a sustentação material e a independência política da organização.

A cotização mensal da militância e o circulismo constituem fundamentos dessa política. O circulismo envolve a construção de uma rede de apoiadores que contribuam financeiramente, de forma regular ou eventual, para o trabalho político da UJC. Atividades de arrecadação e venda de materiais também podem integrar o planejamento financeiro.

Cabe à Secretaria de Finanças:

- acompanhar a cotização e organizar os meios de recebimento das contribuições;
- desenvolver o circulismo e outras iniciativas de arrecadação;
- elaborar propostas de planejamento financeiro articuladas ao plano de trabalho;
- registrar receitas e despesas e prestar contas ao organismo e à instância superior;
- assegurar os repasses devidos aos organismos superiores;
- encaminhar as solicitações de isenção por impossibilidade financeira, conforme o Estatuto.

As relações com sindicatos e outras entidades devem se fundamentar na articulação política e no trabalho comum, sem se restringirem a pedidos de apoio financeiro. A arrecadação e a aplicação dos recursos devem estar submetidas às decisões e ao acompanhamento coletivos.

4.8.4 Outras responsabilidades e divisão do trabalho

Formação política, agitação e propaganda são tarefas de toda a organização. Conforme as condições de cada organismo, podem ser acompanhadas por secretarias específicas ou por outras formas de divisão do trabalho. Em qualquer caso, a responsabilidade é coletiva e cabe ao organismo planejar o trabalho, participar de sua realização e avaliar coletivamente os resultados.

A formação política prepara a militância para analisar a realidade, compreender a linha política da UJC e orientar sua atuação. Para isso, articula o estudo do marxismo-leninismo, da história das lutas da classe trabalhadora

e das resoluções da UJC e do PCB à discussão das experiências da militância. O estudo orienta a ação, e o balanço coletivo da prática permite pôr as análises à prova, corrigir erros e reorientar o trabalho, num movimento dialético entre teoria e prática.

A agitação parte de um fato concreto e reconhecível para tornar visível uma contradição social. Concentra-se em uma ou poucas ideias políticas, dirigidas a um público amplo, e procura despertar indignação e disposição para a luta coletiva. A agitação política abrange, além das reivindicações econômicas imediatas, a denúncia de arbitrariedades e opressões nas diversas esferas da vida social. Com isso, contribui para que a classe trabalhadora compreenda as relações entre as classes e o papel do Estado.

A propaganda desenvolve de forma articulada várias ideias sobre uma questão, o que geralmente exige um público mais restrito e disposto a acompanhar uma exposição mais aprofundada. Pode partir do mesmo fato que a agitação, explicando como ele se relaciona com o funcionamento da sociedade capitalista e como as lutas imediatas se ligam à perspectiva socialista. No trabalho de base da UJC, a agitação e a propaganda se complementam na formação da consciência de classe e na organização da juventude trabalhadora.

Além dessas tarefas, a divisão do trabalho nas instâncias de direção inclui o acompanhamento das frentes de Movimento Estudantil, Jovens Trabalhadores e Movimentos Populares e de Bairros. Na direção nacional, abrange também as Relações Internacionais. Nenhuma secretaria constitui uma área independente da vida coletiva. Cada secretaria assume atribuições específicas e presta contas ao organismo que integra. Cabe ao organismo planejar o trabalho em conjunto, articular a atuação das secretarias e avaliar coletivamente os resultados.

Saudações revolucionárias,

Coordenação Nacional
União da Juventude Comunista

2026


UJC
PCB